

CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.

Relatório e Contas
31 de Dezembro de 2007

CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.

RUA MANUEL PINTO DE AZEVEDO, 272 • APARTADO 8032 • 4109-601 PORTO • TEL. 220 003 400 • FAX 220 003 419 • e-mail:centrar@rar.pt • <http://centrar.rar.pt>

SEDE SOCIAL: RUA DO PASSEIO ALEGRE, 624 4169-002 PORTO • CAPITAL SOCIAL EUR 250 000 • MATRIC. C.R.C. PORTO Nº 11 300 • N.I.P.C. 505 807 912

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	2
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	32
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	34

RELATÓRIO DE GESTÃO

CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2007

Senhores Accionistas

Em cumprimento da Lei e dos Estatutos, vem o Conselho de Administração da Centrar, S.A. apresentar o seu Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2007.

1 – INTRODUÇÃO

A Centrar iniciou a sua actividade no ano de 2002 e garante as funções de gestão administrativa e financeira na generalidade dos seus clientes, desenvolvendo, complementarmente, a actividade de suporte e manutenção de meios informáticos.

2 – ACTIVIDADE

No ano de 2007, o volume de negócios da empresa atingiu o montante de 2,2 milhões de Euros, correspondendo a um acréscimo de 4% face ao ano anterior, e o qual correspondeu a acordos de prestação de serviços com periodicidade anual, desenvolvimentos em aplicações de negócios, projectos de tecnologia e trabalhos especializados na área de operações administrativas e consultoria.

De registar que sendo uma actividade historicamente dirigida a clientes pertencentes ao universo do Grupo RAR, no último trimestre do ano, foi possível realizar projectos com entidades externas ao referido universo, dando assim início a um novo ciclo na vida da organização.

Tal decorreu da criação, durante o ano findo, do previsto Departamento de Desenvolvimento de Negócio e da admissão de um Gestor de Mercado, que iniciaram funções na segunda metade do exercício, pondo em prática a estratégia que havia sido definida no final de 2006.

O investimento efectuado nestas áreas influenciou o crescimento verificado na rubrica Custos com Pessoal, a qual registou, em termos comparativos, um crescimento de 8%, ainda que os outros custos, nomeadamente, os Fornecimentos e Serviços Externos, tenham experimentado reduções que amorteceram parcialmente o referido crescimento.

Assim, e ainda que negativos em 21 mil Euros, os Resultados Operacionais registados no exercício de 2007, tiveram uma expressão menor que os registados no ano transacto, em cerca 50%.

Foi dada continuidade ao plano de formação que vinha sendo implementado nos anos transactos, ainda que, desta vez, com uma menor afectação de horas, e com a opção de áreas formativas complementares às registadas anteriormente.

Com uma periodicidade anual, foi realizado o Inquérito de Satisfação de Clientes, com resultados muito próximos dos obtidos no ano anterior, e continuando a constituir um valioso instrumento de reflexão interna, obrigando, de forma sistemática, a um ajuste e melhoria de procedimentos com vista a aproximar cada vez mais a oferta de serviços das expectativas dos nossos clientes.

Em 2007, a Centrar realizou investimentos totalizando 201 mil Euros, em que, novamente, a componente de modernização de infra-estruturas associadas à área de sistemas de informação absorveu um montante superior a 50% do total.

3 – PERSPECTIVAS FUTURAS

Na sequência do referido em relatórios anteriores, a Centrar tem como principal objectivo fazer crescer a sua base de clientes, e consequentemente o seu negócio.

As alterações funcionais introduzidas durante o ano permitiram criar a estrutura de suporte necessária ao desenvolvimento das actividades, assim como, a adequada promoção dos diferentes serviços junto do mercado alvo.

Os contactos entretanto realizados, as propostas que vêm sendo submetidas a potenciais clientes e a realização de novos serviços na fase final do ano, permitem encarar o ano de 2008 com moderado optimismo.

Assim, é esperado um gradual aumento de clientes, quer em serviços de carácter pontual, quer em contratos para operações recorrentes, para além de um desejável aumento dos serviços que se encontram presentemente disponíveis.

4 – APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado Líquido do Exercício foi negativo em 7.248 Euros, propondo-se a sua transferência para a conta de Resultados Transitados.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dando cumprimento ao disposto no número 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, refere-se que a RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A., detém 100% do capital social da empresa.

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.

Finalmente, o Conselho de Administração vem registar o seu apreço e agradecimento, pelo empenho e dedicação de todos os Colaboradores, assim como a todas as entidades que, de alguma forma, lhe dispensaram colaboração e apoio.

Porto, 31 de Janeiro de 2008

O Conselho de Administração

José Pedro Macedo Trindade
José Henrique Pinto dos Santos
Vergílio Manuel da Cunha Folhadela Moreira

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euro)

ACTIVO	Notas	2007	2006
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Imobilizações corpóreas	5	495.319	491.880
Imobilizações incorpóreas	6	33.115	127.359
Activos por impostos diferidos	7	1.333	10.386
Total de activos não correntes		529.767	629.625
ACTIVOS CORRENTES:			
Clientes	8	258.346	117.204
Outras dívidas de terceiros	8	252.083	169.281
Outros activos correntes	9	44.287	16.463
Caixa e equivalentes de caixa	10	4.805	3.556
Total de activos correntes		559.521	306.504
Total do activo		1.089.288	936.129
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	11	250.000	250.000
Prestações suplementares		600.000	600.000
Resultados transitados		(610.078)	(612.398)
Resultado líquido do exercício		(7.248)	2.319
Total do capital próprio		232.674	239.921
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	12	50.808	84.620
Credores por locações financeiras	13	167.324	115.869
Passivos por impostos diferidos	7	30.559	17.891
Total de passivos não correntes		248.691	218.380
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	12	38.017	37.033
Credores por locações financeiras	13	100.176	81.180
Fornecedores	14	48.060	51.556
Outras dívidas a terceiros	15	1.400	22.574
Estado e outros entes públicos	15	106.261	97.617
Outros passivos correntes	16	314.009	187.868
Total de passivos correntes		607.923	477.828
Total do capital próprio e passivo		1.089.288	936.129

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: José Pedro Macedo Trindade, José Henrique Pinto dos Santos, Vergílio Manuel da Cunha Folhadela Moreira

CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euro)

	<u>Notas</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Proveitos operacionais:			
Vendas	20	11.635	
Prestações de serviços	20	2.195.089	2.100.670
Outros proveitos operacionais	21	<u>15.621</u>	<u>38.308</u>
Total de proveitos operacionais		<u>2.222.345</u>	<u>2.138.978</u>
Custos operacionais:			
Custo das vendas	22	10.567	-
Fornecimentos e serviços externos	23	499.331	531.095
Custos com o pessoal	24	1.439.829	1.330.859
Amortizações e depreciações	5 e 6	291.580	308.978
Outros custos operacionais	25	<u>1.975</u>	<u>9.928</u>
Total de custos operacionais		<u>2.243.282</u>	<u>2.180.860</u>
Resultados operacionais		(20.937)	(41.882)
Proveitos e ganhos financeiros			
	26	9.847	1.072
Custos e perdas financeiras			
	26	<u>9.278</u>	<u>10.791</u>
Resultado antes de impostos		(20.368)	(51.601)
Imposto sobre o rendimento			
	27	<u>(13.120)</u>	<u>(53.920)</u>
Resultado líquido do exercício		<u>(7.248)</u>	<u>2.319</u>
Resultados por acção:			
Básico	28	<u>(0,03)</u>	<u>0,01</u>
Diluído	28	<u>(0,03)</u>	<u>0,01</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: José Pedro Macedo Trindade, José Henrique Pinto dos Santos, Vergílio Manuel da Cunha Folhadela Moreira

CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euro)

<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>	<u>Notas</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Recebimentos de clientes		2.065.581	2.190.699
Pagamentos a fornecedores		386.615	356.483
Pagamentos ao pessoal		<u>1.321.117</u>	<u>1.340.441</u>
Fluxos gerados pelas operações		357.849	493.775
(Pagamento)Recebimento do imposto sobre o rendimento		136.670	58.721
Outros recebimentos (pagamentos) relativos à actividade operacional		<u>(131.720)</u>	<u>(258.253)</u>
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u><u>362.799</u></u>	<u><u>294.243</u></u>
 <u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Imobilizações corpóreas		100.000	47.162
Juros e proveitos similares		<u>2.032</u>	<u>1.072</u>
		<u>102.032</u>	<u>48.234</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Imobilizações corpóreas		15.800	-
Imobilizações incorpóreas		7.707	12.235
Variação dos empréstimos concedidos		<u>300.000</u>	<u>-</u>
		<u>323.507</u>	<u>12.235</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u><u>(221.475)</u></u>	<u><u>35.999</u></u>
 <u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		-	776
		<u>-</u>	<u>776</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		33.811	-
Amortizações de contratos de locação financeira		97.970	117.817
Juros e custos similares		9.278	10.792
Reduções de capital e prestações suplementares		-	-
Aquisições de acções (quotas) próprias		<u>141.059</u>	<u>128.609</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u><u>(141.059)</u></u>	<u><u>(127.833)</u></u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		<u>265</u>	<u>202.409</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	10	<u>335</u>	<u>(202.074)</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10	<u><u>600</u></u>	<u><u>335</u></u>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: José Pedro Macedo Trindade, José Henrique Pinto dos Santos, Vergílio Manuel da Cunha Folhadela Moreira

CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euro)

Notas	Capital social	Prestações suplementares	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	250.000	600.000	-	(645.218)	32.820	237.602
Aplicação do resultado líquido de 2005:						
Transferência para resultados transitados	-	-	-	32.820	(32.820)	-
Prestações suplementares	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício de 2006	-	-	-	-	2.319	2.319
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	250.000	600.000	-	(612.398)	2.319	239.921
Aplicação do resultado líquido de 2006:						
Transferência para resultados transitados	-	-	-	2.319	(2.319)	-
Prestações suplementares	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício de 2007	-	-	-	-	(7.248)	(7.248)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	<u>250.000</u>	<u>600.000</u>	<u>-</u>	<u>(610.078)</u>	<u>(7.248)</u>	<u>232.674</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: José Pedro Macedo Trindade, José Henrique Pinto dos Santos, Vergílio Manuel da Cunha Folhadela Moreira

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em Euro)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A. é uma sociedade anónima, com sede no Porto, constituída em 29 de Outubro de 2001 e que tem como actividade principal a prestação de serviços a empresas e outros agentes económicos, nomeadamente consultoria económica, financeira, de informação, de gestão e de investimento, compras, recursos humanos e sistemas de informação.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC") em vigor em 1 Janeiro de 2007 tal como adoptados pela União Europeia.

Durante o exercício de 2007, a Empresa aplicou pela primeira vez a IFRS 7 – "Instrumentos Financeiros", obrigatória para os exercícios com o início em Janeiro de 2007. A aplicação desta norma resultou no acréscimo de informação divulgada ao nível dos instrumentos financeiros utilizados pela Empresa.

2.2. Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade.

As depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados e são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil que é determinada tendo em conta a utilização esperada do activo pela Empresa, do desgaste natural esperado e da sujeição a uma previsível obsolescência técnica.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil média (em anos):

Obras em edifícios	10
Equipamento administrativo	3 a 10
Equipamento de transporte	4
Outras imobilizações corpóreas	10

As despesas subsequentes de substituição de componentes de activos fixos incorridas pela Empresa são adicionadas aos respectivos activos corpóreos, sendo o valor líquido das componentes substituídas desses activos abatido e registado como um custo na rubrica de "Outros custos operacionais".

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos das imobilizações corpóreas, são registadas como custo do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda do imobilizado corpóreo são determinadas como a diferença entre o preço de venda (líquido de despesas associadas à venda) e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração de resultados, como "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais". As perdas resultantes do abate do imobilizado corpóreo são igualmente registadas pelo seu valor líquido na demonstração de resultados, como "Outros custos operacionais".

2.3. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa as puder controlar e se puder medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso, e para as quais seja provável que o activo criado irá gerar benefícios económicos futuros são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram com estes critérios são registadas como custo do exercício quando incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado o qual corresponde genericamente ao período de três a quatro anos.

2.4. Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço quando a Empresa se torna parte contratual do respectivo instrumento financeiro.

a) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica de "Perdas de imparidade em contas a receber", por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

b) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos activos da Empresa após dedução dos passivos.

c) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com a taxa de juro efectiva. Os encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, incluindo prémios a pagar, são contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

d) Contas a pagar

As contas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" compreende também os descobertos bancários incluídos, no balanço, na rubrica de Outros empréstimos.

2.5. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse. A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

2.6. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

2.7. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e participações recebidos a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas, são registados nas rubricas "Outros passivos não correntes" e "Outros passivos correntes" sendo reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

Os subsídios à exploração são registados como proveitos do exercício, quando obtidos, independentemente da data do seu recebimento.

2.8. Imparidade dos activos não correntes

É efectuada uma avaliação de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica "Outros custos operacionais".

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido, é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como "Outros proveitos operacionais". Contudo, a reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.9. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.10. Rédito e especialização de exercícios

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de "Outros activos correntes" e "Outros passivos correntes", são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

2.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) da Empresa, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sua sede.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte da Administração Tributária durante um período de quatro anos e deste modo, a situação fiscal dos anos de 2004 e 2007 poderá ainda a vir a ser sujeita a revisão e eventuais correcções. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisão por parte da Administração Tributária à situação fiscal e parafiscal da Empresa, em relação aos exercícios em aberto, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

A Empresa está integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (accionista da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS).

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados anualmente e avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e, ou, para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.12. Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos activos e as provisões para riscos e encargos são classificados como activos e passivos não correntes.

2.13. Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As transacções em outras divisas que não Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Activos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para Euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício, excepto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio.

2.14. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.15. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.16. Indemnizações pela cessação por mútuo acordo de contratos de trabalho

Os encargos associados a indemnizações pagas a trabalhadores pela cessação por mútuo acordo de contratos de trabalho são registados no exercício em que o respectivo acordo é concluído. Caso o acordo não seja assinado no mesmo período em que produz efeitos, é constituída uma provisão para fazer face às responsabilidades assumidas pela Empresa.

3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A actividade da Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de crédito e o risco de liquidez. Estes riscos resultam da incerteza subjacente aos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes destas incertezas características dos mercados financeiros, recorrendo em determinadas situações a instrumentos derivados de cobertura.

3.1. Risco de mercado

a) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante de endividamento indexado a taxas variáveis.

O endividamento da Empresa encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco de volatilidade. O impacto dessa volatilidade nos resultados e no capital próprio da Empresa não é significativo em virtude do relativo baixo nível de endividamento e da possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos nos resultados operacionais da Empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge").

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a Empresa apresenta um endividamento líquido de aproximadamente 152 milhares de Euros e 315 milhares de Euros, respectivamente, divididos entre empréstimos correntes e não correntes (Notas 12,13 e 19) e caixa e equivalentes de caixa (Nota 10) contratados junto de diversas instituições.

Análise de sensibilidade de taxa de juro

A análise de sensibilidade abaixo foi determinada com base na exposição da Empresa a variações na taxa de juro em instrumentos financeiros tendo por referência a estimativa de endividamento médio em 2007. Para os instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis, a análise foi preparada considerando-se que as alterações nas taxas de juros de mercado apenas afectam o proveito ou custo financeiro dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis.

Se a Euribor tivesse sido 50 pontos base superior e as restantes variáveis mantidas constantes, o resultado financeiro do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 viria diminuído em cerca de 200 Euros.

b) Risco de preço

O Risco de Mercado da Centrar está relacionado com a não renovação dos acordos de serviço com os principais clientes, dado que o seu peso é significativo face à dimensão da Empresa. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objectivo da gestão é substituir os actuais acordos anuais por acordos plurianuais.

A 31 de Dezembro de 2007, a Empresa acredita que não apresenta um risco de mercado significativo, dado que os seus clientes são, maioritariamente, empresas do Grupo.

Entretanto, e com o intuito de alargar a sua base de clientes, para reduzir o impacto da perda de contratos existentes, ou a constituir, a empresa criou durante o ano de 2007 um departamento para promoção dos seus serviços em mercados externos àqueles em que actua presentemente.

Espera-se assim, com a iniciativa de contratar por períodos plurianuais e a adição de novos contratos e clientes, reduzir as dependências actualmente existentes e consequentemente reduzir o risco de mercado.

3.2. Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando uma perda para a Empresa.

O risco de crédito decorrente da actividade operacional está essencialmente relacionado com dívidas de vendas realizadas e serviços prestados a clientes (Nota 8). A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro da Empresa. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objectivo da gestão é (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo médio de recebimento de cada cliente, (b) monitorar a evolução do nível de crédito concedido, e (c) realizar análise de imparidade aos valores a receber numa base regular. A Empresa não

apresenta um risco de crédito significativo com um cliente em particular, na medida em que os seus clientes são, maioritariamente, empresas do Grupo onde se insere.

3.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão do risco de liquidez da Empresa tem por objectivo:

- Liquidez – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correctos nas respectivas datas de vencimento;
- Segurança – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira – garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A Empresa tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de activos e passivos, gerindo as respectivas maturidades de forma equilibrada.

Por política, gerindo a sua exposição ao risco liquidez, a Empresa assegura a contratação de instrumentos e facilidades de crédito de diversas naturezas e em montantes adequados à especificidade das suas necessidades, garantindo níveis confortáveis de folga de liquidez. Também por política, essas facilidades são contratadas sem envolver concessão de garantias.

A informação constante neste anexo inclui os montantes em dívida não descontados e os prazos de vencimento foram determinados com base na data mais próxima em que a Empresa pode ser solicitada a liquidar aqueles passivos (“worst case scenario”), no pressuposto do cumprimento de todos os requisitos contratualmente definidos.

4. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, não se verificaram alterações significativas de políticas contabilísticas nem a necessidade de proceder à correcção de erros fundamentais.

5. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2007				
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Total
Activo bruto:					
Saldo inicial	296.743	165.467	854.448	580	1.317.238
Adições	-	77.714	115.354	-	193.068
Alienações	-	-	-	-	-
Saldo final	<u>296.743</u>	<u>243.181</u>	<u>969.802</u>	<u>580</u>	<u>1.510.306</u>
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:					
Saldo inicial	148.371	78.675	598.167	145	825.358
Amortização do exercício	29.675	38.136	121.625	193	189.629
Alienações	-	-	-	-	-
Saldo final	<u>178.046</u>	<u>116.811</u>	<u>719.792</u>	<u>338</u>	<u>1.014.987</u>
Valor líquido	<u>118.697</u>	<u>126.370</u>	<u>250.010</u>	<u>242</u>	<u>495.319</u>
	2006				
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Total
Activo bruto:					
Saldo inicial	296.743	150.528	745.915	-	1.193.186
Adições	-	151.517	113.695	580	265.792
Alienações	-	(136.578)	(5.162)	-	(141.740)
Saldo final	<u>296.743</u>	<u>165.467</u>	<u>854.448</u>	<u>580</u>	<u>1.317.238</u>
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:					
Saldo inicial	118.696	150.528	452.917	-	722.141
Amortização do exercício	29.675	26.825	148.911	145	205.556
Alienações	-	(98.678)	(3.661)	-	(102.339)
Saldo final	<u>148.371</u>	<u>78.675</u>	<u>598.167</u>	<u>145</u>	<u>825.358</u>
Valor líquido	<u>148.372</u>	<u>86.792</u>	<u>256.281</u>	<u>435</u>	<u>491.880</u>

O saldo de "Edifícios e outras construções" corresponde a despesas com obras nas instalações utilizadas pela Empresa arrendadas a empresa do Grupo onde se insere.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o valor líquido contabilístico dos bens adquiridos com o recurso a locação financeira totalizava:

	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
Equipamento de transporte	126.369	86.792
Equipamento administrativo	<u>166.237</u>	<u>152.486</u>
	<u>292.606</u>	<u>239.278</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a Empresa não tinha hipotecado ou penhorado quaisquer bens de imobilizado como garantia de empréstimos bancários concedidos à Empresa.

6. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o movimento ocorrido nas imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foram os seguintes:

	2007		
	Despesas de desenvolvimento	Software	Total
Activo Bruto:			
Saldo inicial	538.107	182.242	720.349
Adições	-	7.707	7.707
Saldo final	538.107	189.949	728.056
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:			
Saldo inicial	459.144	133.846	592.990
Amortização do exercício	78.963	22.988	101.951
Saldo final	538.107	156.834	694.941
Valor líquido	-	33.115	33.115

	2006		
	Despesas de desenvolvimento	Software	Total
Activo Bruto:			
Saldo inicial	538.107	170.007	708.114
Adições	-	12.235	12.235
Saldo final	538.107	182.242	720.349
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:			
Saldo inicial	379.936	109.632	489.568
Amortização do exercício	79.208	24.214	103.422
Saldo final	459.144	133.846	592.990
Valor líquido	78.963	48.396	127.359

A rubrica "Despesas de desenvolvimento" inclui, essencialmente, as despesas incorridas em exercícios anteriores com o desenvolvimento e implementação de um centro de serviços partilhados, incorporando serviços de consultoria prestados por entidades terceiras e trabalhos desenvolvidos pela própria Empresa.

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06
Diferença na base tributável do imobilizado	1.333	10.386	30.559	17.891
	1.333	10.386	30.559	17.891

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foi como segue:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Saldo inicial	(7.505)	4.586
Efeito em resultados (Nota 27):		
Diferença na base tributável de imobilizado	(21.721)	(11.871)
Alteração da taxa de imposto	-	(220)
Sub-total	<u>(21.721)</u>	<u>(12.091)</u>
Saldo final	<u>(29.226)</u>	<u>(7.505)</u>

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 os prejuízos fiscais para os quais não foram registados activos por impostos diferidos por prudência podem ser detalhados como segue:

	<u>2007</u>		<u>2006</u>	
	<u>Prejuízo fiscal</u>	<u>Data limite de utilização</u>	<u>Prejuízo fiscal</u>	<u>Data limite de utilização</u>
Gerados em 2001	-	-	2.084	2007
	<u>-</u>		<u>2.084</u>	

8. CLIENTES E OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
Cientes, conta corrente (Nota 19)	258.346	117.204
	<u>258.346</u>	<u>117.204</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, a antiguidade destes saldos tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
Até 60 dias	245.357	113.383
Entre 60 e 90 dias	8.622	1.004
Entre 90 e 120 dias	369	1.380
Há mais de 120 dias	3.998	1.437
	<u>258.346</u>	<u>117.204</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica "Outras dívidas de terceiros" tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
Outros devedores	5.634	31.446
Empresas do Grupo (Nota 19)	246.449	137.835
	<u>252.083</u>	<u>169.281</u>

A exposição da Empresa ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Empresa de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

Em 31 de Dezembro de 2007, a antiguidade das dívidas vencidas da rubrica de outros devedores tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
Até 60 dias	48.465	98.469
Entre 60 e 90 dias	1.809	-
Entre 90 e 120 dias	-	-
Há mais de 120 dias	<u>201.809</u>	<u>70.812</u>
	<u>252.083</u>	<u>169.281</u>

9. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
Seguros pagos antecipadamente	4.910	4.214
Rendas a liquidar	10.883	12.074
Acréscimos de proveitos - valores a facturar	15.000	-
Outros	<u>13.494</u>	<u>175</u>
	<u>44.287</u>	<u>16.463</u>

10. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
Numerário	300	300
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	<u>4.505</u>	<u>3.256</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4.805	3.556
Descobertos bancários (Nota 12)	<u>(4.205)</u>	<u>(3.221)</u>
	<u>600</u>	<u>335</u>

A rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Em descobertos bancários estão registados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras.

11. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital social está representado por 250.000 acções ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 Euro cada uma.

12. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 os empréstimos bancários obtidos tinham o seguinte detalhe:

Entidade Financiadora	31.12.07			31.12.06			Taxa de juro	Última prestação	Periodicidade da amortização
	Montante utilizado			Montante utilizado					
	Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente			
IAPMEI	84.620	33.812	50.808	118.432	33.812	84.620	0%	Jun-10	Semestral
		33.812	50.808		33.812	84.620			
Descobertos bancários		4.205	-		3.221	-			
		38.017	50.808		37.033	84.620			

O saldo empréstimos classificado como não corrente é reembolsável nos seguintes anos:

	31.12.07	31.12.06
2008	-	33.812
2009	33.812	33.812
2010	16.996	16.996
	50.808	84.620

O empréstimo do IAPMEI foi obtido na sequência da candidatura, referenciada com o nº 00.12194, ao Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial (SIME).

Este incentivo reembolsável foi atribuído pelo prazo total de 6 anos, contado a partir da primeira utilização (09/06/2004), e com um período de carência de 2 anos. Está a ser amortizado em semestralidades, tendo-se vencido a 1ª prestação seis meses após o termo do período de carência.

13. CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Pagamentos mínimos da locação financeira		Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	
	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06
Montantes a pagar por locações financeiras:				
2007	-	86.699	-	81.181
2008	110.924	55.345	100.176	51.529
2009	107.731	52.515	102.017	50.883
2010	53.171	13.622	50.966	13.456
Após 2010	14.703	-	14.341	-
	286.529	208.181	267.500	197.049
Juros futuros	(19.029)	(11.132)	-	-
	267.500	197.049	267.500	197.049
Componente de curto prazo			(100.176)	(81.180)
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo			167.324	115.869

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos.

Em 31 de Dezembro de 2007, o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

Os contratos de locação financeira respeitam a equipamento de transporte e administrativo.

No quadro acima entende-se que a diferença entre os pagamentos mínimos da locação financeira (somatório das rendas futuras) e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira (somatório das rendas futuras excluindo o montante de juros) corresponde ao valor de juros a pagar.

14. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.07	31.12.06
Fornecedores, conta corrente	<u>48.060</u>	<u>51.556</u>
	<u><u>48.060</u></u>	<u><u>51.556</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2007, a antiguidade das dívidas da rubrica de fornecedores tinha a seguinte composição:

	31.12.07	31.12.06
Até 60 dias	<u>45.531</u>	<u>45.649</u>
Entre 60 e 90 dias	1.470	30
Entre 90 e 120 dias	731	3.116
Há mais de 120 dias	<u>328</u>	<u>2.761</u>
	<u><u>48.060</u></u>	<u><u>51.556</u></u>

15. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS E OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a rubrica "Outras dívidas a terceiros" tinha a seguinte composição:

	31.12.07	31.12.06
Empresas do Grupo (Nota 19)	<u>1.292</u>	<u>21.234</u>
Outros credores	<u>108</u>	<u>1.340</u>
	<u><u>1.400</u></u>	<u><u>22.574</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a rubrica "Estado e outros entes públicos" tinha a seguinte composição:

	31.12.07	31.12.06
Imposto sobre o valor acrescentado	<u>69.608</u>	<u>42.573</u>
Contribuições para a segurança social	26.166	20.260
Retenções de imposto sobre o rendimento	<u>10.487</u>	<u>34.784</u>
	<u><u>106.261</u></u>	<u><u>97.617</u></u>

16. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
Custos a pagar:		
Remunerações a liquidar	181.342	148.885
Prémios ao pessoal	105.885	-
Outros custos a pagar	26.782	38.983
	<u>314.009</u>	<u>187.868</u>

17. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
Garantias prestadas:		
IAPMEI (Nota 12)	69.716	69.716
	<u>69.716</u>	<u>69.716</u>

18. COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO REFLECTIDOS NO BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a Empresa não tinha assumido compromissos não reflectidos no Balanço.

19. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transacções efectuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2007 e 2006 podem ser detalhados como segue:

Transacções	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços obtidos		Juros debitados	
	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	208.790	201.334	-	-	-	-
ColepCCL Portugal – Emb. e Ench., S.A.	361.640	401.809	-	1.534	-	-
Geotur – Viagens e Turismo, S.A.	338.530	343.295	4.090	5.943	-	-
Imperial – Produtos Alimentares, S.A.	337.653	306.786	140	-	-	-
RAR Imobiliária, S.A.	185.005	173.442	130.596	126.660	-	-
RAR – Refin. de Açúcar Reunidas, S.A.	319.750	296.293	24.346	28.316	-	-
RAR – Serv. de Assistência Clínica, Lda.	72.686	68.938	28.811	22.660	-	-
RAR – Soc. de Controle (Holding), S.A.	269.870	222.082	30.498	123	9.504	997
RAR – Transportes, Lda.	66.486	64.743	-	-	-	-
Viajes y Turismo de Geotur España, S.L.	20.106	7.230	-	-	-	-
Marcas do Mundo – Viagens Tur.Unip.Lda.	2.520	-	-	-	-	-
SIUP – Soc.Imobiliária Urb.Parque, S.A.	1.860	-	-	-	-	-
	<u>2.184.896</u>	<u>2.085.952</u>	<u>218.481</u>	<u>185.236</u>	<u>9.504</u>	<u>997</u>

Saldos	Contas a receber		Contas a pagar		Empréstimos concedidos		Outras dívidas a receber		Outras dívidas a pagar	
	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	21.994	-	-	-	-	-	-	-	-	11.809
ColepCCL Portugal –Embalagens e Enchimentos, S.A.	8.166	7.305	-	-	-	-	-	-	-	-
Geotur – Viagens e Turismo, S.A.	44.520	23.764	290	1.755	-	-	-	-	-	-
Imperial – Produtos Alimentares, S.A.	63.012	50.865	169	141	-	-	-	-	-	-
RAR – Cogeração Unipessoal, Lda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RAR Imobiliária, S.A.	20.833	2.051	-	-	-	-	10	18.228	-	-
RAR Mediadora de Seguros, Lda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RAR – Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A.	42.767	25.910	4.717	3.229	-	-	-	-	-	-
RAR – Serviços de Assistência Clínica, Lda.	3.115	-	1.041	895	-	-	-	-	-	5.021
RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.	47.614	4.994	9.780	-	200.000	-	7.912	1.240	-	-
RARTransportes, Lda.	-	-	165	-	-	-	-	-	1.292	4.404
SIEL, SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	-	38.527	136.838	-	-
Viagens e Turismo de Geotur Espanha, S.L.	3.125	2.315	-	-	-	-	-	-	-	-
RAR – Prestação de serviços, S.A.	128	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Creating Ideas – Estudos e Inovação, S.A.	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marcas do Mundo – Viagens Tur.Unip.Lda.	3.049	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>258.346</u>	<u>117.204</u>	<u>16.162</u>	<u>6.020</u>	<u>200.000</u>	<u>-</u>	<u>46.449</u>	<u>156.306</u>	<u>1.292</u>	<u>21.234</u>

	Saldo 31.12.06	Aumentos	Diminuições	Saldo 31.12.07	Taxa de juro em vigor no exercício	Data de reembolso
Empréstimos concedidos:	-	175.000	100.000	75.000	5,496%	08.06.2008
RAR – Soc. Controle	-	75.000	-	75.000	5,564%	25.07.2008
(Holding), S.A.	-	50.000	-	50.000	5,764%	27.08.2008
	<u>-</u>	<u>300.000</u>	<u>100.000</u>	<u>200.000</u>		

A remuneração da Administração pode ser decomposta como segue:

	2007	2006
Remuneração fixa	82.475	82.254
Remuneração variável	43.050	35.259
	<u>125.525</u>	<u>117.513</u>

20. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e as prestações de serviços nos exercícios de 2007 e 2006 foram todas realizadas no mercado interno e foram como segue:

	31.12.07	31.12.06
Vendas	11.635	-
Prestações de serviços (Nota 19)	2.195.089	2.100.670
	<u>2.206.724</u>	<u>2.100.670</u>

21. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros proveitos operacionais nos exercícios de 2007 e 2006 é a seguinte:

	31.12.07	31.12.06
Ganhos na alienação de imobilizado corpóreo	-	6.628
Subsídios ao investimento	13.011	30.094
Outros	2.610	1.586
	<u>15.621</u>	<u>38.308</u>

22. CUSTO DAS VENDAS

O custo das mercadorias vendidas nos exercícios de 2007 e 2006 é o seguinte:

	31.12.07	31.12.06
Existências iniciais	-	-
Compras	10.567	-
Existências finais	-	-
Custos do exercício	<u>10.567</u>	<u>-</u>

23. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios de 2007 e 2006, a rubrica "Fornecimentos e serviços externos" pode ser decomposta da seguinte forma:

	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
Electricidade	25.040	23.961
Combustíveis	8.075	7.234
Material de escritório	5.736	6.070
Artigos para oferta	7.923	3.508
Rendas e alugueres	132.279	127.222
Comunicações	19.342	23.049
Deslocações e estadas	38.971	33.500
Seguros	4.684	4.537
Honorários	38.456	69.930
Conservação e reparação	61.613	56.839
Limpeza, higiene e conforto	15.659	14.798
Trabalhos especializados	117.779	134.406
Outros	23.774	26.041
	<u>499.331</u>	<u>531.095</u>

24. CUSTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios de 2007 e 2006, a repartição dos custos com o pessoal é a seguinte:

	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
Remunerações órgãos sociais	125.525	103.679
Remunerações do pessoal	954.659	863.029
Encargos sobre remunerações	211.172	208.348
Encargos com saúde	37.953	42.323
Outros custos com pessoal	110.520	113.480
	<u>1.439.829</u>	<u>1.330.859</u>

Durante os exercícios de 2007 e 2006, o número médio do pessoal foi de 51 e 49, respectivamente.

25. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A rubrica "Outros custos operacionais" nos exercícios de 2007 e 2006 pode ser detalhada como segue:

	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
Impostos	475	1.617
Perdas na alienação de imobilizado corpóreo	-	2.440
Serviços bancários	452	559
Multas e penalidades	-	5.312
Quotizações	1.000	-
Diferenças de câmbio	48	-
	<u>1.975</u>	<u>9.928</u>

26. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
Custos e perdas:		
Juros suportados		
Relativos a descobertos e empréstimos bancários	318	2.153
Relativos a contratos de locação financeira	8.749	7.654
	<u>9.067</u>	<u>9.807</u>
Outros custos e perdas financeiras	211	984
	<u>9.278</u>	<u>10.791</u>
Resultados financeiros	569	(9.719)
	<u>9.847</u>	<u>1.072</u>
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos		
Relativos a descobertos e empréstimos bancários	343	75
Relativos a empréstimos ao Grupo (Nota 19)	9.504	997
	<u>9.847</u>	<u>1.072</u>

27. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 são detalhados como segue:

	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
Imposto corrente	(34.841)	(66.011)
Imposto diferido (Nota 7)	21.721	12.091
	<u>(13.120)</u>	<u>(53.920)</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto do exercício é como segue:

	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
Resultado antes de impostos	(20.368)	(51.601)
Impacto em resultados da aplicação dos IFRS	(81.971)	(45.896)
Resultado base para cálculo de imposto	<u>(102.339)</u>	<u>(97.497)</u>
Reduções:		
Resultados em imobilizado corpóreo	-	(6.359)
Benefícios fiscais	(50.778)	(155.797)
	<u>(50.778)</u>	<u>(162.156)</u>
Acréscimos:		
Reintegrações e amortiz. não aceites como custos	10.423	5.958
Menos-valias contabilísticas	-	2.440
Mais-valias fiscais	-	1.953
Outros	-	13
	<u>10.423</u>	<u>10.364</u>
Resultado tributável	(142.694)	(249.289)
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	26,50%	27,50%
Imposto calculado	<u>(37.814)</u>	<u>(68.554)</u>
Tributação autónoma	2.973	2.543
Impostos diferidos (Nota 7)	21.721	12.091
Imposto sobre o rendimento	<u>(13.120)</u>	<u>(53.920)</u>

Pelo facto da Empresa estar integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (accionista da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS), registou-se em proveitos no exercício

de 2007, o montante de 34.841 Euros, por contrapartida de conta a receber da SIEL, SGPS, S.A., relativamente ao seu contributo para o apuramento do lucro do grupo fiscal.

28. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção do exercício foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
Resultado		
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	<u>(7.248)</u>	<u>2.319</u>
Resultado para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>(7.248)</u>	<u>2.319</u>
Número de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	<u>250.000</u>	<u>250.000</u>
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>250.000</u>	<u>250.000</u>

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 31 de Dezembro de 2007 não ocorreram factos relevantes para apresentação.

30. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência e autorizadas para emissão em 31 de Janeiro de 2008, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Porto, 31 de Janeiro de 2008

O Conselho de Administração:

José Pedro Macedo Trindade
José Henrique Pinto dos Santos
Vergílio Manuel da Cunha Folhadela Moreira

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 que evidencia um total de 1.089.288 Euros e capitais próprios de 232.674 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 7.248 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A. em 31 de Dezembro de 2007, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Porto, 14 de Fevereiro de 2008

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Accionista Único da
Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A. ("Empresa"), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2007, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2007 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas que não inclui reservas ou ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Porto, 14 de Fevereiro de 2008

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves